

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	22.354	23.512
Ajustes por:		
Atualização de Empréstimos	5.570	495
Depreciação e Amortização	12.370	9.550
Ativos Fiscais Diferidos	(3.803)	(511)
Reversão de Provisão para perdas no imobilizado	(125)	(31)
Benefício Pós Emprego	(465)	465
Lucro Ajustado	35.901	33.478
Diminuição ou Aumento do Ativo Operacional	65.881	(61.880)
Diminuição de Clientes	8.459	(16.391)
Aumento de Estoques	8.177	(10.714)
Diminuição (aumento) de Impostos e Contribuições a Recuperar	48.968	(34.782)
Diminuição (aumento) de Cauções e Depósitos	(1.093)	(872)
Diminuição de Custos e Despesas Antecipadas	900	(167)
Diminuição (aumento) de Depósitos Judiciais	1.246	1.586
Diminuição (aumento) de Créditos Judiciais a Receber	204	(297)
Diminuição (aumento) de Outros Ativos Circulantes	(980)	(243)
Diminuição ou Aumento do Passivo Operacional	22.436	13.044
Aumento de Fornecedores	10.859	(1.726)
Aumento de Impostos e Contribuições	83	5.594
(Diminuição) Aumento da Provisão para Contingências	11.463	13.345
Aumento da Provisão de Pessoal	1.321	7.720
Aumento da Provisão para Dividendos a Pagar	(164)	(6.996)
Aumento da Provisão para Participação nos Lucros	20	(1.910)
Diminuição ou Aumento de Créditos de Pessoal	1.141	(258)
Aumento de Contingência a Pagar	(1.733)	(1.098)
Aumento de Caução de Fornecedores	46	80
Juros Pagos	(600)	(1.706)
Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais	124.219	(15.358)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições para Ativo Imobilizado	(28.753)	(28.642)
Aquisições para Ativo Intangível	(889)	(1.420)
Imobilizado em Andamento	719	-
Caixa Líquido consumido pelas Atividades de Investimento	(28.923)	(30.062)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Provisão dos dividendos a pagar	(5.327)	(5.491)
Aquisição de Empréstimos	62.000	38.000
Amortização dos Empréstimos	(80.000)	-
Caixa Líquido consumido pelas Atividades de Financiamento	(23.327)	32.509
Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	71.968	(12.910)
No início do exercício	14.338	27.248
No final do exercício	86.306	14.338

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em milhares de reais)

	Reservas de Lucros					Lucros ou Prejuízos Acumulados		
	Capital Realizado	Reservas de Reavaliação	Reserva Legal	Reserva p/ Expansão	Ações em Tesouraria	Retenção Lucros a Distribuir	Lucro/ (Prejuízo) Acumulado	Total
Saldos em 31.12.2014	121.807	2.464	5.359	74.083	(15)	-	-	203.698
Benefício Pós Emprego	-	-	-	-	-	-	(465)	(465)
Realização da Reserva de Reavaliação	-	(70)	-	-	-	-	70	-
Capitalização da Reserva de Expansão	24.584	-	-	(24.584)	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	23.512	23.512
Destinações - Reserva Legal	-	-	1.156	-	-	-	(1.156)	-
- Reserva p/ Expansão	-	-	-	16.471	-	-	(16.471)	-
- Dividendos	-	-	-	-	-	-	(5.491)	(5.491)
Saldos em 31.12.2015	146.391	2.394	6.515	65.969	(15)	-	-	221.253
Benefício Pós Emprego	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	(71)	-	-	-	-	71	-
Capitalização da Reserva de Expansão	30.062	-	-	(30.062)	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	22.354	22.354
Destinações - Reserva Legal	-	-	1.121	-	-	-	(1.121)	-
- Reserva p/ Expansão	-	-	-	15.978	-	-	(15.978)	-
- Dividendos	-	-	-	-	-	-	(5.326)	(5.326)
Saldos em 31.12.2016	176.453	2.323	7.636	51.885	(15)	-	-	238.281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (em milhares de reais)

	2016	2015
Lucro líquido do período	22.354	23.512
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	22.354	23.512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (VALORES EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 1 – A BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS E SEU AMBIENTE DE ATUAÇÃO

ABB Tecnologia e Serviços – BBTS, denominação social Cobra Tecnologia S.A., inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 42.318.949/0001-84, é uma empresa controlada pelo Banco do Brasil S.A., que detém 99,97% de seu capital social. Atua na prestação de serviços nos segmentos de Tecnologia da Informação e de Processos de Negócios, tendo como seu principal cliente o Banco do Brasil.

A BBTS possui um Portfólio de Negócios amplo e diversificado, com produtos de tecnologia (*Information Technology Outsourcing - ITO*) e de serviços (*Business Process Outsourcing - BPO*). Essa diversificação do Portfólio proporciona diversidade nos negócios, ganhos de sinergia pela possibilidade de soluções com combinação de produtos e serviços, com benefícios à sustentabilidade dos negócios e geração de eficiência operacional interna e aos clientes atendidos.

A linha de negócio Assistência Técnica possui as modalidades de produtos: Instalação e Manutenção de Equipamentos e o Suporte e Atendimento On Site. A Manutenção de Equipamentos compreende a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos; remanejamento de equipamentos e a instalação e configuração de Terminais de Autoatendimento (TAA). No caso do Suporte e Atendimento On Site, realiza acompanhamento e suporte aos serviços de organização em pontos de atendimento; vistoria de pontos lógicos e a revitalização dos TAA.

O negócio Monitoramento de Equipamentos e Serviços possui duas modalidades de produtos: Monitoramento de Equipamentos e a Gestão de Mantenedores. O Monitoramento de Equipamentos executa vistoria diária in loco em pontos de autoatendimento, suporte e orientação às agências para manutenção da disponibilidade de TAA e a programação e acionamento de abastecimento dos TAA. Já a Gestão de Mantenedores realiza o acionamento e acompanhamento do cumprimento de atendimentos conforme níveis de serviços contratados pelo cliente com outras prestadoras.

Para o negócio de Segurança Eletrônica são oferecidas duas modalidades de produtos: a Instalação e Manutenção de Equipamentos de Segurança e Monitoramento e o Suporte em Soluções de Segurança. A Instalação e Manutenção de Equipamentos de Segurança compreende a instalação e manutenção de sistemas especializados de segurança bancária em agências e ambientes de valores e inclui, no momento, os seguintes equipamentos: circuito fechado de TV, *no-breaks*, portas giratórias detectoras de metais, controle de acesso e alarmes. Já o Monitoramento e o Suporte em Soluções de Segurança oferta softwares para gestão integrada da segurança.

No negócio de *Outsourcing* em Tecnologia e Serviços, a Companhia está estruturando projetos para desenvolvimento de soluções em Conectividade, Impressão, Segurança, Terminais de Autoatendimento e Telefonia.

A linha de negócio de *Contact Center* compreende produtos de Suporte Técnico, que realiza serviços de *Help Desk* e de *Telemarketing*, que compreende serviços de Telecobrança e Centrais de Atendimento.

O negócio Gerenciamento de Documentos e Impressão compreende duas modalidades de produtos: o Gerenciamento de Documentos e o Serviços de Impressão. No Gerenciamento de Documentos são prestados serviços de microfilmagem, reprodução de documentos e gerenciamento eletrônico de documentos. Já o produto Serviços de Impressão, atua na impressão de faturas de cartão de crédito, boletos de cobrança, cobrança unificada, avisos e comunicações a clientes, cartões personalizados, informes para Imposto de Renda, extratos, relatórios e etiquetas para mala direta.

Para a linha de negócio Suporte a Negócios, a BBTS atua com a modalidade de produto Suporte a Operações de Crédito que processa a validação de documentos de operações de crédito e abertura de contas correntes, e com a modalidade Processamento de Documentos e Numerário que realiza o processamento eletrônico de envelopes originados de depósitos em envelopes nos TAA.

No negócio de Soluções de TI disponibiliza modalidades de produto: Fábrica de Software, Infraestrutura de TI (Data Center), Telecomunicações (serviços de Value Added Networks – VAN, Electronic Data Interchange – EDI e Billing de Telefonia), Mobilidade (messengeria eletrônica – SMS) e Licenciamento de Software.

A figura a seguir apresenta de forma resumida o Portfólio de Negócios da BBTS, com suas Linhas de Negócio e respectivas modalidades de produtos e serviços:

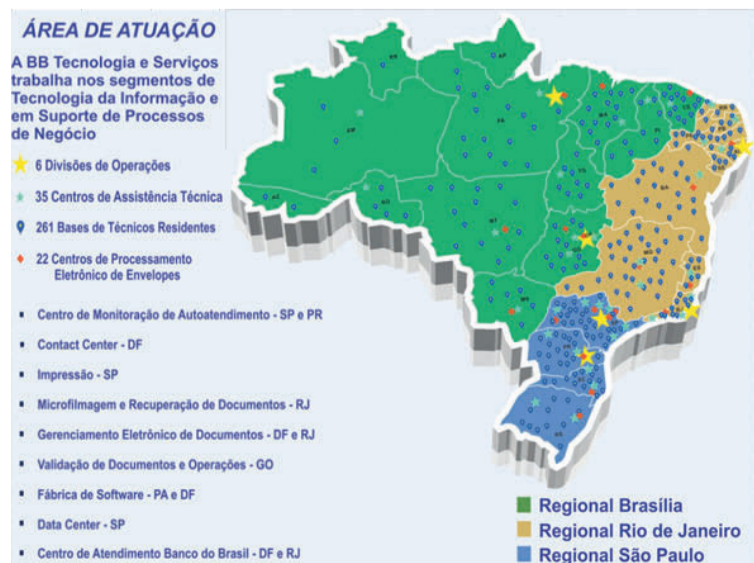


A atuação da BB Tecnologia e Serviços alcança mais de 3.500 municípios, o que lhe proporciona cobertura de âmbito nacional. A capilaridade da rede de operações lhe confere relevante vantagem competitiva no mercado onde atua.

Possui quatro unidades regionais, seis divisões de operações, 35 centros de atendimento técnico e 1.315 técnicos especializados em 261 localidades (Bases), com atuação voltada para os negócios de Assistência Técnica.

Os 35 Centros de Serviços Especializados (CAT) - em diversas linhas de negócios que compõem o seu Portfólio, estrategicamente localizados para proporcionar rápido atendimento e pronta resposta aos clientes.

E por meio da diversidade e complementaridade do seu Portfólio de Negócios, e da capilaridade e especialização das suas unidades de operações, que a BBTS realiza com excelência a entrega de eficiência operacional na prestação dos serviços aos clientes, além de garantir a sustentabilidade dos resultados e dos negócios.



NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva em 14 de fevereiro de 2017.

2.2 - BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 - MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de reais (R\$ mil) foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 - USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, obsolescência de estoques, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas: Nota nº 5 – Clientes; Nota nº 6 – Estoques; Nota nº 10 – Depósitos Judiciais; Nota nº 12 – Imobilizado; Nota nº 17 - Provisão para Contingências e Nota nº 25 – Imposto de Renda e Contribuição Social.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

3.1.1 - Ativos Financeiros não Derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem bancos conta movimento, clientes e outros ativos circulantes.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégias de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

3.1.2 - Passivos Financeiros não Derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas, retiradas ou canceladas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e provisão para participação no lucro.

	R\$ mil	
	31.12.2016	31.12.2015
Descrição	Circulante	Circulante
Empréstimos	25.353	38.495
Fornecedores	74.659	63.801
Participação de Empregados nos Lucros	1.391	1.372
Total	101.403	103.668

3.1.3 - Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia não firmou contratos de instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2016.

3.2 - CUSTOS E DESPESAS ANTECIPADAS

Correspondem a gastos, pagos antecipadamente, que estão sendo provisionados conforme competência, com base na vigência de apólices de seguros, contratos de serviços ou de financiamento.

3.3 - ATIVOS IMOBILIZADOS

3.3.1 - Reconhecimento e Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável acumulada (*impairment*).

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

3.3.2 - Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear e em função da vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado. Esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.4 - TRIBUTOS

Os tributos próprios são apurados de acordo com as bases de cálculo e alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Base de Cálculo	Alíquotas
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (15% + Adicional de 10%)	Lucro Real	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	Lucro Real	9%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	Faturamento	7,6%
PIS/PASEP	Faturamento	1,65%
Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS	Valor da Operação de Circulação Mercadoria/Prestação Serviço	até 20%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Valor do Serviço Prestado	até 5%

A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social está limitada a 30% do lucro real.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pelo CPC 32 e Instrução CVM nº 371 e estão suportados por estudo técnico de capacidade de realização.

3.5 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)

3.5.1 - Ativos Financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

3.5.2 - Ativos não Financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

3.6 - NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

Os pronunciamentos a seguir foram emitidos pelo IASB e serão obrigatórios para exercícios contábeis subsequentes. A adoção pela Companhia ocorrerá após a emissão de pronunciamento técnico pelo CPC.

- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – com vigência em 1º de janeiro de 2018, em substituição às normas atuais IAS 11 - Contratos de Construção e IAS 18 - Receitas, a IFRS 15 estabelece princípios de mensuração, reconhecimento e divulgação das receitas.
- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – com vigência em 1º de janeiro de 2018, em substituição a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 estabelece novos requerimentos para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge dos instrumentos financeiros.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa estão assim constituídos:

	31.12.2016	31.12.2015
Descrição		
Bancos Conta Movimento	6.498	1.225
Aplicações Fundos Extramercado	79.808	13.113
Total	86.306	14.338

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversíveis a qualquer momento em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A fim de remunerar sua disponibilidade, a Companhia deve alocar seus recursos em fundos extra mercado, referenciados na taxa DI (depósito interfinanceiro), notadamente de baixo risco e com liquidez diária, podendo ser negociados por prazos determinados em contrapartida ao aumento significativo de sua rentabilidade. Tais ativos não possuem restrições para o uso e não foram dados como garantia a nenhuma operação.

O acréscimo das aplicações de fundos extra mercado em 2016, ocorreu principalmente em função de restituições de tributos da Receita Federal, de repactuações dos contratos de Assistência Técnica e Fábrica de Software com o nosso principal cliente, Banco do Brasil.

Conforme Decreto-lei 1290/73 e Resoluções CMN 3.284/05 e CMN 4.034/11, a BB Tecnologia e Serviços somente pode aplicar seus recursos próprios em Fundos Extramercado, do tipo comuns ou exclusivos, administrados pela CEF, BB ou instituições integrante do conglomerado por eles liderado constituídos com observância do disposto nesta Legislação.

NOTA 5 – CLIENTES

As contas a receber estão assim constituídas:

	31.12.2016		31.12.2015	
Descrição	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Duplicatas a Receber	53.941	15.431	62.356	15.431
Prov. p/ Riscos de Créditos	(58)	(15.431)	(15)	(15.431)
Total	53.883	-	62.341	-

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor das medições efetuadas ao final de cada mês, incluindo os respectivos tributos. Os créditos decorrentes da prestação de serviços são liquidados no curto prazo, em média no prazo máximo de 30 dias. Em função deste prazo, os cálculos de ajustes a valor presente não apresentaram valores relevantes, motivo pelo qual não houve contabilização de ajustes a valor presente.

A carteira de clientes está concentrada no segmento financeiro, com elevada participação do controlador Banco do Brasil S.A. e empresas do seu conglomerado, os quais representam 98% do total de duplicatas a receber.

A Companhia avaliou os seus recebíveis e constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa com base no tempo de vencimento dos títulos, e considera que o montante é suficiente para cobrir possíveis perdas na realização desses créditos.

NOTA 6 – ESTOQUES

Os estoques estão assim constituídos:

	31.12.2016		31.12.2015	
Descrição				
Manutenção	22.287		29.169	
Impressão	1.743		1.494	
Outros	6.330		4.557	
Prov. para Obsolescência	(6.593)		(3.276)	
Total	23.767		31.944	

Os estoques são representados por materiais de consumo e peças de reposição das máquinas de autoatendimento, que a Companhia deve manter em estoque para atendimento imediato e são previstos nos contratos de assistência técnica.

O aumento em provisão para obsolescência está relacionado a uma correção no roteiro contábil atual para o retorno de peças retiradas dos clientes com defeito.

NOTA 7 - IMPOSTOS E TAXAS A RECUPERAR

Os impostos e taxas a recuperar estão assim constituídos:

	31.12.2016		31.12.2015	
Descrição	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IRPJ	22.334	108.028	179	143.591
Prov. p/ Perdas	-	(8.051)	-	(8.051)
ISS	897	-	342	-
ISS Compensar	2.626	4.604	2.022	6.506
Prov. p/ Perdas	(1.729)	(4.604)	(1.680)	(6.506)
CSLL	5.923	27.709	-	29.600
Prov. p/ Perdas	-	(2.232)	-	(2.232)
VALORES RESTITUÍDOS	-	(39.281)	-	-
INSS	1.732	-	1.504	893
ICMS	2.566	-	2.304	-
IPI	-	-	28	-
PASEP	-	-	76	-
COFINS	-	-	359	-
FGTS	228	-	228	-
Total	33.680	86.173	5.020	163.801

NOTA 12 – IMOBILIZADO

O imobilizado está assim constituído:

	R\$ mil										
	Terrenos	Edifícios	Equip. de Info.	Maq. e Equip.	Instalações	Móv. e Utens.	Obras de Arte	Equip. de Info. Loc.	Benf. em Imóv. Terc.	Imob. em andamento	Total
Taxas anuais de Depreciação	0%	4%	20%	10%	10%	10%	0%	0%	100%	0%	
Em 31 de dezembro de 2015	1.700	1.634	15.227	24.561	332	4.475	23	0	74	4.638	52.664
Custo	1.700	2.800	40.645	37.340	997	8.674	23	25.724	5.081	4.638	127.622
Depreciação Acumulada	-	(1.166)	(25.418)	(12.779)	(665)	(4.174)	-	(25.724)	(5.007)	-	(74.933)
Provisão para Perdas	-	-	-	-	-	(25)	-	-	-	-	(25)
Adições	-	-	7.635	14.472	-	1.744	-	-	153	4.638	28.642
Baixas	-	-	(958)	(174)	-	(102)	-	-	-	-	(1.234)
Depreciação	-	(107)	(3.176)	(2.171)	(52)	(609)	-	-	(417)	-	(6.532)
Em 31 de dezembro de 2016	1.700	1.527	25.965	34.609	282	4.647	23	0	1.022	719	70.494
Custo	1.700	2.800	55.321	51.295	997	9.551	23	-	6.951	719	129.358
Depreciação Acumulada	-	(1.273)	(29.356)	(16.587)	(715)	(4.879)	-	-	(5.929)	-	(58.740)
Provisão para Perdas	-	-	-	(100)	-	(25)	-	-	-	-	(125)
Adições	-	-	14.903	9.807	-	902	-	-	1.871	1.270	28.753
Transferência	-	-	597	4.590	-	2	-	-	-	(5.190)	-
Baixas	-	-	(825)	(442)	-	(26)	-	(25.724)	-	-	(27.017)
Depreciação	-	(107)	(3.938)	(3.807)	(50)	(705)	-	-	(922)	-	(9.530)

Conforme previsto no CPC 01, em 12 de dezembro de 2016, a Companhia realizou avaliação dos seus ativos imobilizados e com base na opinião de especialistas, foi verificado que existem indícios de perda de valor econômico no conjunto de ativos do Parque de Impressão, classificados na conta de Máquinas e Equipamentos.

A diferença entre o valor residual total dos ativos (R\$ 4,7 milhões) e o valor de mercado do conjunto desses mesmos ativos (R\$ 4,6 milhões), foi registrada como provisão para perda por desvalorização.

Ressalta-se que as taxas de depreciação estão compatíveis com o tempo de vida útil dos bens.

Tributos Federais – Com a Lei 10.833/2003, o Governo Federal estabeleceu que as sociedades de economia mista, controladas diretamente pela União, retenham, compulsoriamente, tributos federais na fonte (IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS) em seus pagamentos aos fornecedores. O direito de compensar tais impostos depende de ações da Companhia junto à Receita Federal do Brasil (RFB) e aprovação do órgão quanto à compensação a ser realizada, porém não existe histórico de reprovação quando o pedido é realizado.

A BB Tecnologia e Serviços não compensa integralmente os tributos retidos na fonte e tem periodicamente buscado a restituição dos créditos retidos e não devidos e esses valores são corrigidos mensalmente pela Selic.

A BB Tecnologia e Serviços tem sido penalizada por peculiaridades da legislação tributária, tendo em vista a sua condição societária diferenciada em relação à outras empresas do setor privado. Há também impactos decorrentes dos elevados prazos inerentes aos processos de solicitação, análise, aprovação e efetivação do pagamento das restituições devidas pela Receita Federal do Brasil (RFB), relacionadas à devolução de tributos retidos a maior que os devidos. Em outubro de 2016, a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil (RFB), os valores dos pedidos de restituição do exercício de 2011 de IRPJ e CSLL (R\$ 35 milhões) e recebeu também uma restituição no montante de R\$ 39,2 milhões, classificado no Ativo Não Circulante, como valores restituídos, em virtude da Companhia ainda não ter identificado de que exercício se trata, estando em processo de conciliação junto à Receita Federal do Brasil (RFB).

Desde 2006, são diversos os Processos administrativos em trâmite junto à Receita Federal do Brasil (RFB), solicitando restituição de valores em virtude de retenções ocorridas acima dos tributos efetivamente devidos e alguns encontram-se pendentes de julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.

Em virtude de alguns pedidos de restituições de IRPJ e CSLL efetuados à RFB terem ocorrido com glosas e pelo andamento dos processos junto ao CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), a Companhia, no exercício de 2014, constituiu provisão para perdas desses valores no montante de R\$ 9,6 milhões, apresentando saldo de R\$ 10,3 milhões.

Em 2016, houve mudança no critério de contabilização do saldo de IRPJ e CSLL retidos na fonte do ano corrente, passando a serem registrados no Ativo Circulante e não mais no Ativo Não Circulante.

INSS - A Companhia também possui retenções na fonte de INSS sobre alguns tipos de serviços prestados com emprego de mão de obra e esses valores registrados no circulante e não circulante que estão sendo compensados com o INSS Próprio (Fopag).

ISS – Os créditos correspondem à retenção na fonte efetivada por clientes. Os valores com potencial de compensação e para os quais não foi solicitada a restituição estão classificados no circulante, e os que tiveram o pedido realizado e dependem de deferimentos da autoridade fiscal estão classificados no ativo não circulante.

Diante das incertezas quanto ao deferimento de algumas Prefeituras pelos pedidos de restituição de ISS já realizados, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de todos esses valores e o montante é de R\$ 4,6 milhões (não circulante) e R\$ 1,7 milhão (circulante).

ICMS – Os créditos correspondem aos saldos credores registrados nos livros de apuração de ICMS dos estabelecimentos da BB Tecnologia e Serviços que possuem circulação de peças.

NOTA 8 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS

Correspondem a cauções fornecidas a clientes e fornecedores para garantir prestação de serviços e aluguéis de imóveis. As garantias são atualizadas mensalmente com base nos índices apresentados nos contratos e conferem com as posições bancárias e estão assim constituídas:

	R\$ mil		
	31.12.2016	31.12.2015	
Descrição	Não Circulante	Não Circulante	
Clientes	9.962	8.885	
Banco Pine	221	197	
Banco do Brasil	9.741	8.688	
Fornecedores	615	599	
CEF	536	526	
Bradesco	79	73	
Total	10.577	9.484	

NOTA 9 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Os outros ativos circulantes estão assim constituídos:

	R\$ mil		
	31.12.2016	31.12.2015	
Descrição		Não Circulante	Não Circulante
Adiantamento s/ Férias	981	978	
Outros	498	176	
Adiantamento Auxílio Transporte	457	-	
Adiantamento a Fornecedores	434	57	
Devedores Diversos	115	170	
Adiantamento s/ Salários	25	-	
Adiant. Programa Inclusão Digital	-	149	
Total	2.510	1.530	

O aumento em Adiantamento Auxílio Transporte está relacionado à alteração do critério de operacionalização desse benefício. A partir do 1º trimestre de 2016, a BBTS efetua crédito nas contas-correntes dos colaboradores participantes.

NOTA 10 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

O saldo dos depósitos judiciais dados em garantia para as contingências passivas prováveis, possíveis ou remotas, estão assim constituídos:

	R\$ mil		
	31.12.2016	31.12.2015	
Descrição	Não Circulante	Não Circulante	
Trabalhistas	21.348	17.015	
Cíveis	3.485	12.133	
Tributários	181	168	
Provisão p/ Perdas	-	(3.054)	
Total	25.014	26.261	

Os saldos de Depósitos Judiciais são confrontados com suas posições mensais fornecidas pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, que apresentam atualização, em geral, equivalente ao IPCA e Selic. O montante registrado corresponde ao valor recuperável.

No 3º trimestre de 2016, houve pagamento de 8 (oito) processos trabalhistas que totalizaram R\$ 1 milhão e bloqueio judicial referente a um processo no valor de R\$ 4,3 milhões.

Em janeiro de 2016, houve resgate de depósito judicial cível a favor da empresa no valor de R\$ 12 milhões, diante de sentença transitada e julgada. No 4º trimestre, houve bloqueio de dois processos cíveis no montante de R\$ 3,2 milhões.

NOTA 11 - CRÉDITOS JUDICIAIS A RECEBER

	R\$ mil			
	31.12.2016	31.12.2015		
Descrição	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos Judiciais a Receber	874	2.955	806	3.226
Total	874	2.955	806	3.226

O montante registrado em créditos judiciais no ativo circulante e não circulante correspondem a créditos judiciais a receber na forma de precatórios, cujo devedor é o Governo Federal (IBGE) e os créditos estão acobertados por decisões judiciais que garantem estes ativos. Foram recebidas cinco de um total de dez amortizações anuais.

NOTA 13 – INTANGÍVEL

O ativo intangível está assim constituído:

	R\$ mil
	Softwares 20%
Em 31 de dezembro de 2015	6.235
Custo	12.390
Amortização Acumulada	(6.155)
Adições	1.420
Baixas	-
Amortização	(1.824)
Em 31 de dezembro de 2016	5.438
Custo	13.279
Amortização Acumulada	(7.841)
Adições	889
Baixas	-
Amortização	(1.687)

Os ativos intangíveis estão sujeitos à amortização e referem-se à aquisição de direitos de uso de software, que apesar de não possuírem substância física, contribuem para gerar benefícios econômicos à Empresa. Destaca-se que a taxa de amortização está coerente com a vida útil.

NOTA 14 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Os impostos e contribuições estão assim constituídos:

	31.12.2016		31.12.2015		R\$ mil
Descrição	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
INSS	4.750	-	6.287	-	-
PASEP/COFINS/CSLL	1.616	-	1.193	-	-
IR-Relido na Fonte	2.001	-	2.048	-	-
FGTS	1.535	-	1.640	-	-
ISS	8.061	-	7.545	-	-
Parcelamento de ISS	306	1.123	368	1.209	-
ICMS	1.067	-	146	-	-
Outros	5	-	8	-	-
Total	19.036	1.123	18.867	1.209	-

O montante relativo a parcelamento de ISS refere-se a parcelamento de autos de infração de ISS junto à prefeitura de São Paulo, cujos saldos estão apresentados abaixo:

	R\$ mil		
ISS	Parcelas a vencer	Circulante	Não Circulante
São Paulo	56	306	1.123
Total	-	306	1.123

NOTA 15 – EMPRÉSTIMOS

Os Empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, em seguida, demonstrados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos dos encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

São classificados no Passivo Circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Após estudos e análises desenvolvidos nas áreas competentes, a BBTS visando manter sua estratégia de crescimento e desenvolvimento para os próximos anos e observado o disposto em sua norma interna de Gestão de Liquidez, optou dentre as diversas alternativas disponíveis, pela captação de recursos junto ao Banco do Brasil S.A., com as características abaixo:

R\$ mil	
Nº da Operação/Modalidade	176901964 / BB Capital de giro - CDI pós
Agência	1769-8
Encargos	CDI + 4,6% aa
Prazo	72 meses (12 meses de carência para o principal + 60 meses)
Pagamento do principal	Parcelas mensais a partir de JUNHO/2017
VALOR CONTRATADO EM JULHO/2016 (R\$ mil)	55.353
Amortização Dez-2016	(30.000)
Saldo devedor em 31.12.2016	25.353

Em dezembro, houve amortização de parte do empréstimo no valor de R\$ 30 milhões e o saldo remanescente foi reclassificado para o Passivo Circulante, já que há previsão de liquidação em 2017.

NOTA 16 – PROVISÕES DE PESSOAL

As provisões de pessoal estão assim constituídas:

	R\$ mil	
Descrição	31.12.2016 Não Circulante	31.12.2015 Não Circulante
Provisão de Férias	24.389	22.867
Provisão para Licença Prêmio	2.309	2.301
Provisão para Benefício Pós-Emprego	846	846
Provisão para Acordo Coletivo	165	374
Total	27.709	26.388

	R\$ mil	
Remuneração de Empregados e Dirigentes	31.12.2016	31.12.2015
Menor Salário	1	1
Maior Salário	48	45
Salário Médio	4	4

A Companhia efetua mensalmente provisão para o acordo coletivo, cuja data-base será em outubro de 2017.

A Companhia efetua provisão para benefício pós-emprego no ano de 2015 de R\$139 mil e reconheceu o valor de R\$707 mil referente ao ano de 2014, diretamente em Lucros Acumulados, conforme nota abaixo (nota 16.1).

16.1 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Resolução Normativa ANS Nº 279, de 24 de novembro de 2011, que regulamenta os artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, prevê que, em determinadas condições, ex-empregados e consultores demitidos ou exonerados sem justa causa e funcionários aposentados, possam optar por permanecer no plano de saúde nas mesmas condições oferecidas aos demais funcionários ativos.

Pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, o benefício acima mencionado pode ser caracterizado como benefício definido indireto, e requerer a constituição de uma provisão atuarial.

Para atender aos normativos e às práticas contábeis citadas, foi efetivado registro contábil de uma provisão com despesa de pessoal, impactando o resultado do exercício, no valor de R\$ 139 mil, quantia apurada conforme metodologia presente no estudo atuarial realizado pela empresa Gama Consultores Associados.

O mesmo estudo citado, indicou a necessidade de reconhecimento de R\$ 707 mil referente ao período anterior a 2014. A contabilização do passivo foi efetuada contra a rubrica de lucros acumulados e não foi efetuada em exercícios anteriores por não haver a apuração do valor disponível por ano. A Administração avalia que o efeito do registro da provisão em exercícios anteriores não representaria um valor significativo que mudaria a visão e entendimento do leitor das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

	R\$ mil	
Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Provisão para benefício Pós-emprego	846	846
Provisão para benefício Pós-emprego até 2014	707	707
Provisão para benefício Pós-emprego a partir de 2015	139	139

NOTA 17 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Passivos contingentes são reconhecidos baseados na opinião dos advogados e consultores jurídicos da Companhia e quando é provável que o desfecho desfavorável resulte em saídas futuras de caixa. O valor de cada contingência é mensalmente verificado pela Consultoria Jurídica, podendo ser modificado para mais ou para menos, conforme o caso, em função do trâmite do processo e das decisões nele tomadas.

Ativos contingentes não são reconhecidos ao menos que tramitados e julgados em última instância e que seja provável a entrada de benefícios econômicos.

Provisão para Contingências Passivas:

A Companhia é parte em processos que se originam do curso normal dos negócios e com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para contingência em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

A movimentação das contingências passivas prováveis foi a seguinte:

	R\$ mil	
Descrição	31.12.2016 Não Circulante	31.12.2015 Não Circulante
Demandas Trabalhistas		
Saldo Inicial	40.476	25.545
Constituição	4.651	20.318
Reversão da Provisão	(5.293)	-
Baixa por Pagamento	(1.828)	(5.387)
Atualização Monetária	8.187	-
Saldo Final	46.193	40.476
Demandas Fiscais		
Saldo Inicial	1.939	2.108
Constituição	-	330
Reversão da Provisão	(121)	(336)
Baixa por Pagamento	-	(163)
Atualização Monetária	389	-
Saldo Final	2.207	1.939
Demandas Cíveis		
Saldo Inicial	27.964	29.382
Constituição	1.113	4.065
Reversão da Provisão	-	(5.030)
Baixa por Pagamento	-	(453)
Atualização Monetária	4.365	-
Saldo Final	33.442	27.964
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	81.842	70.379
Não Circulante	81.842	70.379

Em 2016, houve reavaliação do risco de possível para provável em diversos processos trabalhistas, além de correção monetária e reforço da provisão (R\$ 2 milhões) em virtude de uma das demandas em andamento.

Conforme o CPC 25 existem passivos contingentes possíveis não reconhecidos, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos. Tais contingências são demonstradas abaixo:

	R\$ mil	
Descrição	31.12.2016 Não Circulante	31.12.2015 Não Circulante
Demandas Trabalhistas	21.413	18.576
Demandas Fiscais	20.982	20.158
Demandas Cíveis	32.799	37.652
Total	75.194	76.386

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social:

O Capital Social está representado por 497.173.172 ações sem valor nominal, sendo 248.586.586 ordinárias e 248.586.586 preferenciais. O Banco do Brasil S.A. possui 99,97% das ações totais da Companhia.

Reserva de Reavaliação:

A reserva de reavaliação refere-se à reavaliação de bens imóveis (principalmente terrenos e edificações) que foi constituída em 2005. O saldo será mantido até a data de sua efetiva realização.

Reserva de Lucros:

Reserva Legal

É constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital.

Reserva para Expansão:

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da rubrica Reserva p/ Expansão ficou em R\$ 51,8 milhões, o valor da constituição de 2016 foi de R\$ 15,9 milhões. Essa Reserva foi constituída com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. A retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração.

Em 2016, houve a capitalização de R\$ 30 milhões autorizada pela Nota Técnica DIFIS 2016/044 de 01/02/2016, que corresponde ao valor dos investimentos do exercício de 2015.

Ações em Tesouraria:

A BB Tecnologia e Serviços, possui 62.460 ações adquiridas de acionistas minoritários em 25 de outubro de 2011 pelo valor de R\$ 15 mil.

NOTA 19 – DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos segue o disposto no Estatuto Social da Companhia, sendo contabilizado como um passivo nas Demonstrações Contábeis ao final do exercício.

A proposta de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o Lucro Líquido Ajustado, ou seja, Resultado Ajustado Distribuído subtraído da Reserva Legal, submetida ao Conselho de Administração está demonstrada na tabela de destinação do resultado, conforme a seguir:

	R\$ mil	
Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Resultado do Exercício	22.354	23.513
Prejuízos Acumulados	71	(395)
Reserva de Reavaliação	71	71
Benefício Pós-Emprego	-	(466)
Resultado Ajustado Distribuído	22.425	23.118
Reserva Legal (5%)	(1.121)	(1.156)
Dividendos (25%)	(5.327)	(5.491)
Reserva p/ Expansão	(15.978)	(16.469)

NOTA 20 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional com a prestação de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e outros abatimentos. A receita é reconhecida quando (i) o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados com a transação puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) o estágio da execução do serviço possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita da Companhia foi gerada, principalmente, por contratos de médio e longo prazo que possuem como objeto serviços de assistência técnica, *contact center*, suporte de *software*, microfilmagem, impressão, digitalização, processamento de documentos e gerenciamento de mensagens curtas. As deduções correspondem a tributos federais e municipais incidentes sobre a receita bruta e cancelamentos de serviços.

Segue abaixo quadro demonstrativo com a receita bruta e líquida:

	R\$ mil	
Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Receita Bruta	996.948	929.428
Assistência Técnica	556.234	522.673
Suporte Técnico	88.374	83.473
Help Desk	80.145	71.060
Licenciamento Software	35.546	8.226
SMS	61.069	49.860
Impressão	47.950	57.140
Monitoração	22.883	32.072
Back Office	58.524	60.020
Outros	24.709	25.211
Microfilmagem	18.015	16.656
Suporte de Software	3.499	3.037
Deduções	(131.501)	(126.457)
Cofins	(75.768)	(70.634)
Pasep	(16.450)	(15.335)
Iss	(39.283)	(37.769)
Inss s/Fatur. de TI	-	(2.719)
Receita Líquida	865.447	802.971

O aumento em Assistência Técnica está relacionado a repactuação do contrato com o cliente Banco do Brasil e de Licenciamento de Software, principalmente, ao faturamento de Licenças Microsoft ocorrido em junho/2016, também para o Banco do Brasil.

NOTA 21 – CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS

Os custos estão assim constituídos:

	R\$ mil	
Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Pessoal	224.020	218.002
Serviços Especializados	134.917	118.406
Manutenção Especializada	73.058	88.946
Assistência Técnica de Software	25.229	7.867
Serviços de Mensagens Curtas	43.330	37.072
Viagens e Deslocamentos	32.776	34.056
Infraestrutura Administrativa de Filiais	29.467	22.410
Fretes	26.944	25.895
Aplicação de Peças	24.292	23.315
Reparo	27.044	21.422
Insumos de Impressão e Microfilmagem	15.459	14.506
Serviços de Impressão	3.854	6.459
Outros	10.252	13.270
Depreciação e Amortização	9.093	7.272
Impostos s/ Aplicação de Peças	4.262	3.224
Prov. p/ Obsolescência Estoques	3.317	1.600
Total	687.314	643.722

O aumento dos itens de custo está relacionado com a expansão dos negócios e em junho/2016, houve revenda de licenças Microsoft para o cliente Banco do Brasil, que ocasionou o aumento na rubrica assistência técnica de software.

NOTA 22 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas estão assim constituídas:

	R\$ mil	
Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Pessoal	83.652	62.030
Infraestrutura Administrativa	17.546	15.628
Serviços Especializados		

NOTA 25 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	R\$ mil	
	2016	2015
a) Demonstração da Despesa de IRPJ e CSLL		
Valores Correntes		
Provisão para o IRPJ	(13.464)	(11.082)
Provisão para a CSLL	(9.645)	(8.001)
	(3.819)	(3.082)
Ativo Fiscal Diferido (Créditos Tributários)	3.803	511
Prejuízo Fiscal de IRPJ/CSLL	(6.045)	(4.893)
IRPJ Prejuízo Fiscal	(4.409)	(3.572)
CSLL Base Negativa	(1.636)	(1.321)
Diferenças Temporais	9.848	5.404
IRPJ	7.241	3.974
CSLL	2.607	1.430
Total IRPJ/CSLL	(9.661)	(10.571)

	R\$ mil	
	2016	2015
b) Conciliação dos Encargos de IRPJ e CSLL		
Resultado antes dos Tributos e Participações	33.327	35.292
Encargos Totais de IRPJ (25%) e CSLL (9%)	(11.331)	(11.999)
Créditos Tributários Ativos de Períodos Anteriores	473	427
Participação de Empregados no Lucro (PLR)	446	411
Benefício Fiscal Lei 11.196/05 (Lei do Bem)	1.085	978
Incentivos Fiscais	638	326
Outras Diferenças Permanentes	(972)	(714)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(9.661)	(10.571)

	R\$ mil			
	31.12.2015	2016		31.12.2016
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
c) Ativo Fiscal Diferido (Créditos Tributários)				
Prejuízos Fiscais	33.155	789	(6.834)	27.110
IRPJ	24.404	580	(4.989)	19.995
CSLL	8.751	209	(1.845)	7.115
Diferenças Temporais (IRPJ e CSLL)	42.288	84.154	(74.306)	52.136
PCLD	6.290	15	(1.038)	5.267
Provisão para Contingências	25.151	5.937	(2.628)	28.460
Provisão para Estimativa Custos de Serviços	8.374	76.450	(69.939)	14.885
Demais Provisões	2.473	1.752	(701)	3.524
Total Ativo	75.443	84.943	(81.140)	79.246

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2016, cujos valores estão demonstrados no quadro abaixo, sendo o valor presente apurado com base na taxa média *over-selic* do Banco Central do Brasil:

	R\$ mil	
Ano	Consumo Nominal	Consumo Valor Presente
dez/16	8.462	7.374
dez/17	9.984	7.734
dez/18	10.387	7.238
dez/19	10.742	6.764
dez/20	10.920	6.186
dez/21	8.687	4.427
dez/22	3.861	1.770
dez/23	4.015	1.656
dez/24	4.141	1.536
dez/25	4.244	1.416
TOTAL	75.443	46.101

NOTA 26 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações ativas e passivas com as partes relacionadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são as seguintes:

	R\$ mil		
EMPRESA	ATIVOS	31.12.2016	31.12.2015
Banco do Brasil	Conta Corrente	6.075	1.082
Banco do Brasil	Contas a Receber	17.613	18.327
Brasilprev Seguros	Contas a Receber	22	8
Brasil Veículos	Contas a Receber	62	43
BB Previdência	Contas a Receber	1	1
Cia Seguros Aliança	Contas a Receber	303	-
Total de Ativos		24.076	19.461
	PASSIVOS	31.12.2016	31.12.2015
Banco do Brasil	Convênio	2.293	2.443
Banco do Brasil	Empréstimo	25.353	-
Total de Passivos		27.646	2.443
	RECEITAS	31.12.2016	31.12.2015
Banco do Brasil	Prestação de Serviços	1.002.302	757.009
BV Financeira	Prestação de Serviços	69	243
Brasil Veículos	Prestação de Serviços	118	92
BB Previdência	Prestação de Serviços	19	1
Brasilprev Seguros	Prestação de Serviços	525	456
Aliança do Brasil	Prestação de Serviços	-	302
Total de Receitas		1.003.033	758.103
	DESPESAS	31.12.2016	31.12.2015
Banco do Brasil	Convênio	30.629	30.947
BBTUR	Passagens e Hospedagens	4.455	5.245
BB Cartões	Ticket Refeição	44.218	30.620
Total de Despesas		79.302	66.812

A BB Tecnologia e Serviços possui transações significativas de receitas de prestação de serviços com o Banco do Brasil, no

montante total de R\$ 1.002.302 mil em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 757.009 mil em 31 de dezembro de 2015).

NOTA 27 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito, Risco de liquidez e Risco de mercado.

Os tópicos abaixo apresentam informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais foram incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Estrutura do Gerenciamento de Risco

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia, e é também responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento destas políticas.

As políticas de gerenciamento de risco foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de treinamento e procedimentos de gestão busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, em função da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, basicamente proveniente dos créditos recebíveis de clientes da Companhia e dos outros instrumentos financeiros, conforme apresentado abaixo.

A Companhia concentra suas operações basicamente junto ao seu controlador, o Banco do Brasil S.A., responsável por aproximadamente 98% da sua receita de serviços. Dessa forma, o atual risco de crédito está substancialmente ligado a esse cliente.

Exposição a Riscos de Crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a Receber de clientes e outros recebíveis

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente, pelas características individuais dos clientes. Contudo, a Administração considera o sistema de gestão dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento do setor no qual opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Considerando que 98% dos recebíveis da Companhia estão concentrados em um cliente, que é a sua parte relacionada, cujos instrumentos financeiros são contratuais e de curto prazo, além de não apresentarem histórico de perdas, a Administração da Companhia considera o risco gerenciável e não relevante.

Derivativos

A Companhia não opera ou operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia monitora também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar.

Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Administração da Companhia monitora ativamente as oscilações de mercado, mas não opera com instrumentos financeiros derivativos como forma de proteção contra riscos de mercado.

A Companhia sofre ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Nesse sentido, os riscos de mercado estão relacionados com as taxas de juros das aplicações de curto prazo, uma vez que a Companhia possui um baixo endividamento financeiro. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca realizar suas aplicações financeiras em fundos extramercado com taxas pós-fixadas e baixa volatilidade.

Índice de Alavancagem Financeira

A estrutura de capital de uma empresa pode maximizar seu resultado, além de servir como uma excelente ferramenta de alavancagem financeira. Porém, representa uma das áreas mais complexas para tomada de decisão financeira, tendo em vista estar relacionada com outras variáveis de decisão.

A Política de administração do capital da Companhia visa preservar a capacidade de continuidade dos negócios, geração de confiança do mercado, retorno aos acionistas e benefícios às demais partes interessadas. Para isso, adota-se uma estrutura de capital equilibrada e que reduza custos.

A Empresa monitora o índice de alavancagem financeira, que corresponde a dívida líquida dividida pelo capital total. Entende-se por dívida líquida, o total de empréstimos subtraído da soma de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é a soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

	R\$ mil	
Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Total de Empréstimos	25.353	38.495
Caixa e Equivalentes	86.306	14.338
Dívida Líquida	(60.953)	24.157
Total do Patrimônio Líquido	238.281	221.253
Total do Capital	177.328	245.410
Índice de Alavancagem Financeira	-34,37%	9,84%

NOTA 28 – SEGUROS

Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios e de terceiros alugados pela empresa de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em estoques e edificações.

	R\$ mil		
Riscos Cobertos	Valor do Prêmio	Riscos Cobertos	Vigência
Seguro Compreensivo Empresarial	237	44.306	21.06.2016
Responsabilidade Civil Geral	82	1.125	a
Total	319	45.431	21.06.2017

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016

O Conselho Fiscal da BB Tecnologia e Serviços (Cobra Tecnologia S.A.), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório de Administração, das Demonstrações Contábeis e da proposta de Destinação do Resultado do Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2016. Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos auditores independentes – AUDIMEC Auditores Independentes, sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados para aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Brasília, 23/02/2017.

Sérgio Lunes Brito
Membro Efetivo e Presidente

Carlos Eduardo Leal Neri
Membro Efetivo

Ezio de Luna Freire Júnior
Membro Efetivo

RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2016

Aos

Acionistas, Diretores e demais Administradores da
COBRA TECNOLOGIA S/A (BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS – BBTS)
Estrada dos Bandeirantes nº 7966 – Jacarepaguá - CEP 22783-110
Rio de Janeiro/RJ - Telefone: (21) 21018800 - CNPJ(MF) 42.318.949/0001-84
Sites: www.cobra.com.br www.bbtecn.com.br

Prezados Senhores,

1) Opinião sem ressalva:

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **COBRA TECNOLOGIA S/A (BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS (BBTS))**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COBRA TECNOLOGIA S/A (BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS (BBTS))**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião sem Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **BBTS**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **BBTS** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **BBTS** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

4) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas

referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **BBTS**.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **BBTS** a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

5 Outros Assuntos

5.1 Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, como informação suplementar, cuja apresentação não é requerida como parte integrante das demonstrações financeiras para companhias de capital fechado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5.2 Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório de auditoria.

5.2.1 Relatório da Administração

A administração da **BBTS** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

5.3. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 11 de março de 2016, sem ressalvas ou modificação de opinião.

Rio de Janeiro/RJ 14 de fevereiro de 2017

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O “S”RJ

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S”RJ

Phillipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S”RJ

Sócio Sênior

Diretoria

Luis Aniceto Silva Caviccholi – Presidente
Anderson Luis Cambraia Itaborahy – Diretor
Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima – Diretor
Paulo Eduardo Rangel – Diretor

Conselho Fiscal

Sérgio Iunes Brito
Carlos Eduardo Leal Neri
Ezio de Luna Freire Junior

Conselho de Administração

Arnaldo Barbosa de Lima Júnior
Gustavo de Faria Barros
Gustavo de Souza Fosse
Wagner Aparecido Mardegan
Wagney Schunck de Godoy

Contador

Antonio Jorge Rodrigues Magina – CRC-RJ-060.006/O-8